

equivalente à objetividade ou fundamentação empírica de outras áreas.

Entrevista

Filipe Campello

Temporal: Na entrevista de julho de 2013¹, o então coordenador geral do SciELO – Scientific Electronic Library Online, professor Rogério Meneghini, trouxe à baila o famoso caso do físico Alan Sokal, de 1996. Para lembrar, o físico enviou um artigo à revista Social Text que, depois de aceito, foi revelado pelo autor como sendo uma impostura. Na citada entrevista, o caso foi tomado como forma de mostrar a fragilidade objetiva dos critérios na área de ciências humanas. Como o senhor interpretaria esse problema – o da legitimidade na nossa área – diante de padrões que geralmente parecem ser pensados para outras formas de ciência?

Entendo que isso se refere menos a um problema específico dos critérios de publicação e mais a um debate amplo sobre o próprio estatuto de “objetividade” ou “cientificidade” das humanidades. Essa querela remonta a discussões do início da modernidade, intensificando-se na segunda metade do século XVIII e ao longo do século XIX, e envolve vários pormenores, mas não acho que isso sirva para invalidar ou questionar. Nas humanidades, em particular em contribuições como as da filosofia, há um critério distinto das assim chamadas ciências duras - o da recepção de um pensamento. Esse critério – aliás, como já muito antes dessa ênfase em publicações em periódicos - cumpre um papel

Temporal: Ainda nessa questão formal, desde os fins do século XIX², as comunidades científicas têm aperfeiçoado a seleção do que é importante e relevante a partir do consenso e do dissenso controlado, notadamente pelo trabalho dos pareceristas anônimos. Como o senhor vê essa comunidade que se autorregula pelos seus próprios membros, no caso das ciências humanas e da filosofia? Quais as nossas especificidades? Quais os problemas, principalmente no Brasil?

Isso também se refere diretamente à questão da recepção. Eu entendo que ninguém melhor do que os pares para avaliar um trabalho. Evidentemente, pode haver distorções, como em qualquer outra área, mas é difícil encontrar um rigor maior do que . O que há é um problema de ordem prática: como, no Brasil, praticamente não há financiamento para os periódicos e as atividades que eles exigem, o trabalho de um editor ou parecerista é quase sempre voluntário. Isso pode comprometer a qualidade dos pareceres, considerando o acúmulo de trabalho dos pareceristas e uma menor disponibilidade para esse tipo de atividade.

Temporal: As grandes revistas históricas da nossa área, tais como a revista do Instituto de Pesquisa Social, Les Temps Modernes, ou mesmo, para abrir o leque, a revista Erkenntnis, todas elas possuíam uma clara posição no espectro da filosofia. Eram revistas, por assim dizer, comprometidas com um determinado pensamento, posicionadas no tecido complexo da comunidade. Claro, mal comparando, mas atualmente, pelo menos na nossa pós-graduação, excetuando-se as revistas temáticas geralmente dedicadas a um

¹ <http://blog.scielo.org/blog/2013/07/15/entrevista-rogerio-meneghini/#.Wm8M4JM-fR1>

² <http://blog.scielo.org/blog/2017/01/10/aumenta-a-adocao-de-avaliacao-por-pares-aberta/#.Wm8jv5M-fR0>

período ou a um autor, o que vemos são periódicos mais generalistas, que funcionam como uma espécie de portal neutro intermediário entre pareceristas e autores. Ou seja, a revista não tem exatamente uma posição, ela procura avaliadores conforme a orientação metodológica do autor. Se estamos corretos nesse diagnóstico geral, qual seria ainda o papel de uma revista, e de seu corpo editorial, ou dos editores?

Esse é um ponto importante. Ao meu ver, no entanto, ele está ligado a um outro problema característico dos periódicos aqui no Brasil. Diferente de outros países, temos a tendência a um inflacionamento dos periódicos e conseqüentemente das publicações. Em países como a Alemanha, você também encontra periódicos mais amplos, como o *Deutsche Zeitschrift für Philosophie*, que apresentam normalmente números temáticos, mas bastante diversificado entre as diversas áreas da filosofia. Ou ainda como nos Estados Unidos, em que há certos periódicos mais temáticos, como por exemplo na área de teoria crítica. Salvo algumas exceções, hoje os periódicos não são “ideológicos” no sentido dos exemplos que você menciona. No entanto, temos, no total, um conjunto mais compacto e uma maior clareza dos seus espectros temáticos - o que representa também um maior impacto e circulação dos artigos. No Brasil, há um número excessivo de periódicos sem identidade temática. O resultado disso é pouca repercussão e debate em torno do que estamos publicando aqui e o conhecido fatalismo de um a infinidade de artigos que ninguém lê.

Temporal: Nos últimos anos vem crescendo a ideia de preprint³, ou, seja, a pré divulgação do manuscrito original antes da avaliação por pares.

E mesmo a ideia a de se tornar público todo o trabalho de bastidor, expondo os pareceres anteriores ao texto publicado, incluindo a identidade dos pareceristas. Como o senhor vê essas possibilidades em nossa área?

Vejo como uma tendência válida. Mas é importante levar em conta que ela se tornou mais urgente em áreas onde um artigo é aceito para ser publicado em um número dois anos depois. Na filosofia, isso também se mostra necessário quando há alguma lentidão na publicação, mitigando os riscos de se perder o “*timing*” de uma discussão.

Temporal: Nesse mesmo caso do preprint, alguns defendem que o artigo ainda em fase de rascunho [draft] seja aberto ao escrutínio da comunidade. Esse tipo de hiperpublicidade não leva ao risco de que todo texto seja devolvido a um horizonte de expectativas comuns, cerceando os pequenos elementos divergentes e diferenciais? Por exemplo, tudo conflua para o domínio do modelo paper, em detrimento de outras formas de exposição?

Em geral, já era comum a circulação de trabalhos entre colegas e em um círculo acadêmico mais restrito, onde o *feedback* ajudava na elaboração do texto final. Isso se ampliou com a tendência que vemos por exemplo nas discussões de *working in progress* em sites como academia.edu. Entendo que isso pode contribuir para uma maior discussão de ideias. O problema é sempre a padronização de um formato específico, levando por exemplo a desvalorização de textos mais ensaísticos – gênero que por muito tempo foi amplamente disseminado entre os filósofos.

³ http://agencia.fapesp.br/scielo_anuncia_adocao_de_ipreprint_i_em_2018/26896/



Temporal: Em 2005, o bibliotecário e professor norte-americano Jeffrey Beall chamou o SciELO de “favela virtual”⁴, defendendo claramente que os periódicos devem ser profissionais e fechados, ou seja, ser produzidos por grandes casas publicadoras que respondam por eles. Sem entrar na longa polêmica que se seguiu ao texto, como o senhor vê essa questão entre, por um lado, o livre acesso (e o possível “lixo virtual”) e, por outro, a gerência das grandes casas publicadoras internacionais?

Sabemos que há um *lobby* gigante no mercado editorial e como a circulação do conhecimento tornou-se um negócio lucrativo. Em muitas áreas, a produção e publicação custa alto (paga-se tanto para publicar como ter acesso a esse material), além de ser excessivamente concentrada e dependente de recursos volutuosos, o que gera um círculo vicioso na disparidade de pesquisa e produção. Sou fortemente favorável à democratização e maior ampliação do acesso e circulação do conhecimento. Para isso, as publicações precisam ser tratadas menos como negócio que segue uma lógica de mercado e mais como interesse público que demanda investimentos também dessa ordem.

Temporal: A questão da internacionalização, que aparece indiretamente no caso citado acima, atualmente é um ponto de muita discussão. Para nossa área, traduzir um paper para o inglês não é uma alternativa tão simples, pois o texto em si muitas vezes é a própria pesquisa. Como a filosofia pode lidar com essa demanda, sem cair naquela padronização do modelo paper facilmente traduzível, importado de outras áreas?

Acho essa uma questão menos problemática. É verdade que a filosofia demanda um trato mais rigoroso com o próprio texto, e o

próprio estilo é também parte relevante no trabalho filosófico. Mas isso não impede de termos boas traduções e de ampliarmos o alcance de nossa produção. As mesmas dificuldades ocorrem com outras línguas, e isso tampouco é um fenômeno novo. Basta lembrarmos que na época de Descartes ou de Spinoza o latim era a língua corrente, e que certamente a história teria sido outra se Spinoza tivesse escrito em holandês.

Temporal: Por fim, saindo um pouco do âmbito mais técnico das publicações, atualmente é comum se colocar em questão a legitimidade de um texto ou periódico, tendo em vista serem eles um valor de quantificação – pontos no currículo lattes, pontos para a carreira, para bolsas, Qualis etc. Daí, por exemplo, a crítica crescente a um expediente comum à história da filosofia, atualmente chamado de autoplágio. Como o senhor vê essa transformação da produção cultural em valor de troca?

O recurso a critérios quantitativos não deve ser visto como autorreferente e que estimula meramente uma produção tanto numerosa quanto irrelevante. Pelo contrário, eles devem ter como objetivo diagnosticar sobretudo a qualidade de nossa produção. É evidente que há distorções nesse processo, mas isso não deve levar a uma total resistência à sua contribuição para uma maior transparência de nossas avaliações. O principal desafio, e isso é um debate recorrente nos trabalhos dos comitês de avaliação, é o de como aprimorar qualitativamente os critérios utilizados.

⁴ Vale lembrar que, segundo dados de 24 de janeiro de 2018 divulgados pela Fapesp, o Brasil é atualmente o país com maior índice de produção em acesso livre, 74%, graças ao portal SciELO. Cf: http://agencia.fapesp.br/brasil_e_o_pais_com_mais_publicacao_cientifica_em_acesso_aberto/27034/

* **Filipe Campello** é doutor pela *Goethe-Universität Frankfurt*, e professor na Universidade Federal de Pernambuco, onde coordena também o Núcleo de Estudos em Filosofia Política e Ética (NEFIPE). Editor da revista *Perspectivas Filosóficas* desde de 2014, é autor de *Die Natur der Sittlichkeit: Grundlagen einer Theorie der Institutionen nach Hegel* (2015) e co-autor de *Modernizações Ambivalentes: Perspectivas Interdisciplinares e transnacionais* (2016).